

Prevenção custaria 165 milhões ano, fogos custam mil milhões – Quercus e Acréscimo

20 de Julho, 2017

A prevenção de incêndios florestais custaria por ano 165 milhões de euros, quando os prejuízos resultantes dos fogos causam um prejuízo de mil milhões, seis vezes mais, segundo as contas das associações Quercus e Acréscimo, refere a agência Lusa.

“É necessário, assim, mais investimento na prevenção e ordenamento florestal, de modo a inverter esta situação”, diz-se num comunicado da Associação Nacional de Conservação da Natureza, Quercus, e da Associação de Promoção ao Investimento Florestal, Acréscimo.

Os cálculos das duas associações tiveram em conta custos associados à abertura da rede primária de gestão de combustíveis (faixas sem arborização, com a floresta planeada para diminuir a superfície percorrida pelos incêndios, proteger casas e estradas e isolar potenciais focos de incêndio), a abertura e beneficiação de caminhos florestais e a recuperação e restauro de casas florestais.

Para os 165 milhões foram ainda considerados, dizem as associações, os encargos com o apoio, por cinco anos, a equipas de Sapadores Florestais, em recursos humanos e materiais, “prevendo a criação de duas equipas por concelho, bem como com a contratação de vigilantes por um período de quatro meses ao ano (junho a setembro)”.

E engloba-se ainda encargos com a arborização de 1% da área continental com espécies autóctones de baixa combustibilidade, a realização do cadastro florestal simplificado em um milhão de hectares e a recuperação de 10 mil hectares por ano de áreas ardidas.

Quercus e Acréscimo lembram um estudo de 2012 feito por 21 personalidades que estima em mil milhões de euros os prejuízos económicos causados pelos incêndios anualmente, mas salientam que o mesmo não contabiliza “os incalculáveis custos com a perda de vidas humanas” e os encargos ambientais e sociais.

Os incêndios levam, frisam, à delapidação de recursos naturais, com destaque para o solo, à depreciação do território, com impacte na paisagem e no turismo rural, e a prejuízos para a saúde pública, pelo aumento da poluição para a atmosfera e para o meio aquático.

Considerando urgente atuar sobre “este problema nacional”, Quercus e Acréscimo apelam no comunicado a “mais investimento na prevenção e ordenamento florestal” e a “sanções para os municípios que não cumpram a legislação de defesa da floresta contra incêndios”.

“É inadmissível que ano após ano exista cada vez mais investimento em combate aos incêndios do que na prevenção dos mesmos”, dizem a Quercus e a Acrécimo.